

PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO REGIME DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

GUILHERME PIRES ARBACHE

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo uma análise da participação eleitoral no período democrático atual, com o objetivo de aferir os fatores que determinam o comparecimento às urnas no contexto específico do Brasil (com voto obrigatório e outras peculiaridades). O Brasil está completando 25 anos de democracia, com eleições diretas e reconhecidas como legítimas nacional e internacionalmente. O país é hoje a terceira maior democracia do mundo, e a maior entre os países com voto compulsório, e nunca experimentou um regime democrático por um período tão longo quanto o atual. Apesar do país ter pouca experiência com a democracia, a existência de eleições é algo praticamente constante desde a Independência (Nicolau, 2002).

Isso faz do caso brasileiro um paradoxo: períodos quase intermitentes de eleições, mas com inúmeros problemas que deslegitimaram essas eleições, como fraudes, cooptação de eleitores e outras práticas ilegítimas. Algumas dessas práticas antidemocráticas perduram até hoje, apesar dos esforços para erradicá-las. A relação entre sufrágio eleitoral e igualdade política também é um tanto quanto contraditória: o sufrágio eleitoral de afrodescendentes e mulheres surgiu relativamente cedo, mas essas populações ainda são pouco representadas politicamente¹. Uma igualdade política *formal*, portanto, convive com profundas desigualdades *de fato*.

1 Embora o país tenha sido visto como um exemplo de *democracia racial* por muita gente, permitindo o sufrágio e o casamento entre diferentes etnias desde cedo, “aparentemente ninguém votava em candidatos obviamente negros” à época da Segunda Guerra

Dentro dessa *cultura política* paradoxal vemos uma tentativa de impulsionar a participação “de cima para baixo” desde o início da República. Segundo Carvalho (1996, p. 354-356), o Estado tentava engajar os eleitores nas decisões políticas desde a República Velha. Elementos compulsórios como a *Voz do Brasil*, e o *Horário Eleitoral Gratuito* podem ser considerados como reminiscências desta tradição, da mesma forma que o voto obrigatório². Nos dias de hoje, permanece uma outra contradição no país: a participação política e a adesão à democracia são cada vez maiores, mas a desconfiança nas instituições permanece em níveis elevados (Moisés, 2010)³.

A obrigatoriedade de votar altera o cenário significativamente, pois ela traz um motivo para levar as pessoas às urnas que é totalmente diferente do interesse cívico em decidir quem governa: a necessidade de estar em dia com a Justiça Eleitoral. Esse cenário de consolidação democrática e participação intensa, mas influenciada uma herança política “top-down” e até coercitiva, somada à descrença nas instituições democráticas, torna o Brasil um caso interessante para estudos empíricos sobre eleições e participação eleitoral.

Neste capítulo, propõe-se que o *voto obrigatório* não influencia a participação apenas diretamente (ao trazer *mais* pessoas para as urnas), mas ele também altera a relação de outros *fatores* com a participação. Elementos como *interesse por política* e *nível educacional*, apontados como determinantes da participação em uma vasta quantidade de estudos, podem não ter efeito algum sobre a participação eleitoral quando o voto é compulsório. Isso altera o jogo eleitoral de maneira significativa. De um lado, a

(Hellwig, 1988). De forma semelhante, o sufrágio feminino foi garantido no Brasil em 1932, antes de muitos países desenvolvidos (e de todos os países latino-americanos, à exceção do Equador).

- 2 Esse modelo “top-down” das instituições participativas aparece até mesmo nos mecanismos de democracia direta – a população pode votar projetos legislativos (através de plebiscitos e referendos) ou pode propor esses projetos (Iniciativa Popular), mas não pode fazer ambas as coisas no mesmo projeto (ver Rauschenbach, capítulo 7).
- 3 Essa crescente desconfiança em instituições como partidos políticos não ocorre só no Brasil, afetando parte considerável das democracias contemporâneas. O capítulo 4 (Vieira, Fernandez e Mesquita) versa sobre essa questão, investigando se esta “crise de representatividade” impulsiona outras formas de participação como alternativas ao sistema representativo.

obrigatoriedade de votar pode equalizar a participação entre diversos grupos socioeconômicos (o que é positivo do ponto de vista da *qualidade da democracia*). Por outro, o fato de as pessoas votarem sem interesse, apenas para satisfazerem a obrigação legal, pode trazer consequências negativas: o indivíduo pode votar em qualquer candidato, de forma aleatória, sem sequer conhecer esse candidato⁴.

Com isso, no entanto, não pretendemos fazer qualquer afirmação ou juízo de valor sobre as vantagens e desvantagens do voto obrigatório, até porque estamos tratando de efeitos causais complexos. Se os *menos* interessados por política votam *mais* em países com voto compulsório, eles podem adquirir interesse pelo assunto *após votarem*⁵. A relação entre participação e interesse é de mão dupla⁶.

A compulsoriedade também traz outra questão à tona: *quão* obrigatório é o voto no Brasil? E, como pergunta Power (2009), *para quem* o voto é realmente compulsório? Para ele, algumas parcelas da população são mais sensíveis à obrigatoriedade, pois dependem de seu título eleitoral para várias atividades diárias importantes. Figueiredo (1991) foi quem deu o ponto de partida para esta hipótese, ao defender que *funcionários públicos*, por terem uma relação mais direta com o Estado, tem uma urgência maior de manter seu título eleitoral em dia. Este autor encontra uma relação positiva entre o percentual de funcionários públicos e a participação eleitoral. No

-
- 4 Muitas pessoas também acabam votando nulo ou em branco porque não têm interesse por política e não sabem em quem votar, mas querem cumprir sua obrigação legal. Autores como Costa (2007) mencionam o alto número de votos inválidos como algo negativo, semelhante à abstenção eleitoral. No entanto, podemos pensar que votar aleatoriamente em qualquer candidato, ao invés de anular o voto, pode ter efeitos piores do que o voto inválido, já que contribui para a eleição de pessoas que não foram de fato preferidas pelos eleitores.
 - 5 Ademais, como recentemente afirmou o cientista político Fernando Limongi em debate sobre Reforma Política promovido pelo CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e pela Folha de São Paulo, não há nenhuma garantia de que o voto facultativo teria uma proporção maior de pessoas mais interessadas e informadas sobre política votando: lideranças políticas poderiam trazer pessoas para as urnas de maneira puramente clientelista.
 - 6 Leighley (1995, p. 189, tradução nossa) afirma que “estudos sobre os efeitos da participação política demonstram, de maneira consistente que a participação *incrementa* o posicionamento político dos indivíduos”, referindo-se a esse efeito causal da participação sobre o interesse.

entanto, seu estudo foi feito no nível agregado (participação *por Estado*) o que torna as inferências menos precisas. Adicionalmente, o estudo de Figueiredo tratava de outro período, antes do regime democrático sobre o qual versamos aqui.

Ainda que pegue carona na proposição de Figueiredo, o estudo de Power (2009) faz uma suposição um pouco diferente: para ele, não apenas os funcionários públicos, mas qualquer indivíduo que possui um emprego formal (ou seja, com carteira assinada) teria uma dependência maior do seu título eleitoral (seu teste empírico também está em nível agregado). Portanto, se pretendemos entender a *participação eleitoral* no Brasil democrático, é fundamental que essas duas hipóteses semelhantes sejam testadas, mas em nível *individual*.

Considerando tudo que acaba de ser exposto, o presente estudo pretende responder às seguintes questões:

1. o voto obrigatório torna a participação mais equilibrada entre diferentes classes sociais (em particular no que se refere a *nível educacional*)?
2. existe correlação entre participação e variáveis como *interesse por política* e *eficácia política* no Brasil, ou essa correlação desaparece com o *voto compulsório*?
3. *funcionários públicos* ou cidadãos formalmente *empregados* são mais inclinados a votar do que outros cidadãos, já que, para esses grupos, é mais importante *manter o título eleitoral sempre em dia* do que para outros potenciais eleitores?

A participação eleitoral é considerada como uma parte essencial da *qualidade da democracia*, pois ela está relacionada ao *accountability social* e a outros elementos necessários para o bom funcionamento de uma democracia (Diamond e Morlino, 2005). Os elementos acima apresentados, como já mencionado, exercem efeitos diversos sobre a *qualidade da democracia*.

Portanto, faz diferença ter eleitores mais ou menos interessados, mais ou menos crentes sobre a *eficácia política* do seu voto. Também faz diferença se os eleitores representam de forma mais precisa ou distorcida a distribuição socioeconômica da população total de um país. Por último, a

possibilidade de existirem, na prática, diferenças na *obrigatoriedade* de votar de acordo com o *status ocupacional* de cada pessoa pode exercer efeitos importantes. De um lado isso pode ser considerado como uma injustiça com os grupos que, na prática, se veem compelidos de forma mais intensa a votar. De outro, esses mesmos grupos podem acabar se beneficiando de uma representação eleitoral mais elevada em relação a outras parcelas da sociedade. Essa hipotética diferença nos incentivos à participação pode ter, portanto, efeitos distributivos.

Nas próximas seções deste capítulo, apresentaremos, primeiramente, uma breve síntese da literatura sobre participação eleitoral no mundo e no Brasil. Em seguida, realiza-se uma descrição das lacunas nesta literatura que pretendemos preencher e das hipóteses que pretendemos testar com a nossa análise. Feito isso, procedemos para uma apresentação da análise estatística. Conclui-se com breves considerações finais sobre os resultados e suas possíveis implicações para a democracia brasileira e para os estudos sobre participação eleitoral no país.

1. MODELOS TEÓRICOS SOBRE PARTICIPAÇÃO E O CONTEXTO BRASILEIRO

A participação eleitoral é a forma de ação política mais estudada na literatura acadêmica. Os esforços para explicar porque as pessoas vão às urnas se traduzem em centenas de estudos, de análises quantitativas comparadas até experimentos que buscam entender mecanismos causais que operam no nível individual, em contextos bastante localizados.

Depois dos trabalhos pioneiros de Downs (1957) e Olson (1965) a questão que permeou a discussão especializada sobre participação política foi o “*paradoxo da participação*”: por que as pessoas se engajam em ações coletivas (como as eleições) quando o benefício individual esperado dessas ações é claramente menor do que o custo delas? Em seguida, Riker e Ordeshook (1968) buscam resolver o “*paradoxo do voto*”: a probabilidade de um indivíduo votar seria determinada pelo seu custo e pelo possível benefício de ter seu candidato eleito, multiplicado pela *probabilidade* de realizar o voto decisivo, conforme a seguinte equação:

$$\text{PROBABILIDADE DE VOTAR} = \text{Custo} + (\text{Benefício} * \text{Probabilidade de ser "pivotal"})$$

O eleitor “pivotal” seria aquele que daria a um dos candidatos o voto decisivo. No entanto, como a probabilidade de ter o voto decisivo em qualquer nação moderna (ou mesmo nos níveis estadual e municipal) é ínfima, esperar que os eleitores compareçam às urnas com essa motivação não parece razoável (Figueiredo, 1991; Enos; Fowler, 2014).

Dessa forma, cientistas políticos buscaram explicações diversas nas últimas décadas para dar conta desse paradoxo. Fatores não-materiais como a identificação com um grupo, a satisfação pessoal trazida pelo ato de participar (independentemente de seus resultados), a personalidade dos indivíduos e a disponibilidade de recursos foram propostos como explicações para a participação⁷.

Em países como *voto compulsório*, no entanto, essa questão não é tão central, já que existe um motivo óbvio e completamente alheio a qualquer preocupação com o resultado das eleições para alguém votar. Portanto, a Teoria da Escolha Racional consegue dar conta, em larga medida, da participação eleitoral nesses países. Ainda assim, resta entender porque *algumas pessoas* participam e outras se abstêm.

1.1. Variáveis explicativas

Antes de adentrar nas variáveis de interesse central neste trabalho, que são de *nível individual*, cabe uma breve síntese de fatores de nível agregado que podem explicar diferenças de participação *entre* países ou *entre* eleições diferentes no mesmo país.

1.1.1. Variáveis Explicativas de Nível-macro

Geys (2006) faz uma meta-análise que sintetiza, de forma muito útil, as diversas variáveis explicativas utilizadas na literatura de participação. Entre essas variáveis estão fatores demográficos como tamanho e densidade populacional; fatores institucionais como o sistema eleitoral e a fragmentação, além do voto compulsório; e fatores contextuais como o grau de

7 Ver Leighley (1995) ou Whiteley e Seyd (1996) sobre o modelo da Escolha Racional e suas alternativas para explicar a participação.

acirramento da disputa (medido pela diferença de votos entre o candidato eleito e o segundo colocado). Também aparecem fatores como a existência de eleições concomitantes.

O grau de acirramento e o tamanho populacional estão ligados à teoria da “pivotalidade”: quanto menor a diferença de votos entre o candidato eleito e o segundo colocado, maior a chance de uma pessoa decidir as eleições com seu voto. Da mesma forma, quanto menor o número de eleitores, maior a chance de ter esse voto decisivo. Em tese, isso faz com que o tamanho populacional seja negativamente correlacionado com a participação⁸. A fragmentação política (entendida como número de partidos) aumenta a participação, segundo alguns estudos, enquanto outros observam a tendência contrária. O sistema eleitoral, por sua vez, apresenta uma tendência mais clara: a Representação Proporcional traz maior participação (Geys, 2006)⁹. Outros autores apontam para uma maior participação política no início de um regime democrático (Inglehart; Catterberg, 2002). No que se refere à participação eleitoral, as eleições inaugurais teriam um grau mais elevado de participação do que as eleições subsequentes (O’donnell; Schmitter, 1986; Fornos et al., 2004).

Características puramente operacionais das eleições em um país também exercem efeito sobre a participação eleitoral. É o caso do dia da semana em que as eleições são realizadas (Norris, 2002; Franklin, 2004) e do grau de facilidade de alistamento eleitoral (Geys, 2006). A distância entre os eleitores e as urnas também pode impactar a participação (Brady; McNulty, 2011; Costa, 2007)¹⁰ pois, assim como as regras de alistamento, ela determina os custos de participação.

8 Claro que aqui estamos falando do tamanho populacional respectivo a cada pleito específico: a população de cada município, para eleições municipais; a população de cada Estado, nas eleições estaduais; e a população de cada país, para eleições federais. Seguindo a mesma teoria, portanto, uma eleição municipal tende a ter maior participação do que uma eleição estadual ou federal.

9 Autores como Jackman (1987) também trazem outros fatores institucionais como o unicameralismo e magnitude do distrito como explicações para a participação eleitoral.

10 O trabalho de Brady e McNulty (2011) versa especificamente sobre a questão. Costa (2007) faz uma análise de nível agregado, e encontra diferenças importantes nas taxas de participação entre regiões. Uma das causas dessa diferença parece ser a distância maior até as urnas, assim como a dificuldade de acesso em partes do país como a região Norte. No presente estudo, incluímos uma variável relacionada a essa questão

A *simultaneidade de eleições* para cargos diversos também aumenta a participação eleitoral (Geys, 2006). Afinal, se o eleitor pode votar em eleições para vários cargos ao mesmo tempo, sem nenhum custo adicional, ele terá mais motivação para comparecer.

1.1.2. Variáveis explicativas de nível individual

Os fatores de nível individual que explicam a participação podem ser agrupados, basicamente, em duas dimensões: *recursos socioeconômicos* (ligados à *capacidade de participação*) e *cultura política* (fatores relacionados à *vontade de participar*).

A relação entre *recursos socioeconômicos* e participação foi demonstrada por autores como Brady, Verba e Schlozman (1995). Os recursos determinam as condições do indivíduo para arcar com os custos da participação, segundo eles. Mas também estão associados a maiores *oportunidades de participação* (Leighley, 1995).

A *educação* é o fator socioeconômico mais importante nos modelos de *participação*, tendo sido proposto desde Downs (1957) que as pessoas menos informadas tendem a se abster, deixando as decisões políticas para os *mais informados*. Essa formulação teórica foi confirmada por inúmeros estudos empíricos, para as mais diversas formas de ação, inclusive a participação pela *internet* (veja Mesquita e Cantoni, capítulo 5).

A *renda*, apesar de ser uma das variáveis explicativas fundamentais do estudo de Brady, Verba e Schlozman (1995), aparece correlacionada apenas com formas de ação política diretamente relacionadas ao poder aquisitivo (como *doações para campanhas*). Outros estudos também falharam em encontrar correlação entre renda e participação (tanto eleitoral quanto em outras formas de ação).

Quanto à dimensão da *cultura política*, existem duas variáveis centrais na literatura: a sensação de eficácia política e o interesse por política. A relação entre a eficácia e a participação parece óbvia. Como diz Dalton (2008), qual o sentido de participar de uma atividade se você não acredita que ela

geográfica, mas o indicador que temos é insuficiente para medir a distância de cada eleitor até as urnas.

fará alguma diferença?¹¹ De forma semelhante, parece razoável supor que uma pessoa só irá participar de atividades políticas se ela tiver algum interesse pelo assunto.

A relação entre *fatores ideológicos* e participação é examinada por alguns autores, seja em termos de esquerda e direita (Dalton, 2008) ou em termos de ideologia *pós-materialista vs materialista* (Norris, 2002). Uma *posição favorável à democracia* também pode aumentar a participação (Norris, Walgrave e Van Aelst, 2005; Inglehart e Welzel, 2005). Por fim, a *confiança inter-pessoal e política* também aparecem em inúmeros estudos, mas não há consenso sobre sua relação com a participação¹².

1.2. Voto compulsório e seus diversos desdobramentos sobre a participação eleitoral

O voto compulsório também apresenta relação positiva com a participação na maior parte dos estudos considerados por Geys (2006).¹³ Mas o argu-

11 A sensação de eficácia do voto depende, de um lado, da crença de que faz diferença quem governa, mas depende também da crença de que os resultados são legítimos e de que eles serão respeitados, como discutido por Santos (1987) e retomado por Costa (2007). No Brasil, ainda que o temor de que haja um golpe de estado pareça cada vez menor, uma parcela considerável (e aparentemente crescente) dos brasileiros desconfia do processo eleitoral no país: cerca de 41% dos entrevistados na pesquisa de 2006 do NUPPS/CESOP acreditavam que as eleições brasileiras são fraudulentas (uma cifra muito semelhante à do ESEB 2002). Na pesquisa do NUPPS de 2014, o valor é ainda maior (68% dos entrevistados, frente a apenas 25% que acreditam na legitimidade das eleições brasileiras).

12 Para finalizar essa seção, cabe lembrar que, como enfatizado por Leighley (1995), a mobilização dos cidadãos por parte de lideranças políticas também é um fator importante para a participação. No caso dos EUA, isso parece ser importante também para a participação eleitoral, pois são os próprios partidos que levam as cédulas para os eleitores e, acima de tudo, a participação é facultativa, o que faz com que essas lideranças se preocupem mais em fazer com que seus potenciais eleitores votem. No Brasil, por outro lado, a compulsoriedade faz com que a preocupação central das campanhas políticas seja a de *convencer os eleitores* a votarem naquele candidato *ao invés de votarem em outros (ou anularem seu voto)*. Por isso, não parece haver influência significativa dessas lideranças na participação eleitoral.

13 O impacto do voto obrigatório nas taxas de participação essa variável é até mais fácil de explicar pela Teoria da Escolha Racional do que os fatores geralmente atrelados a essa teoria (a proximidade entre os candidatos ou o tamanho do eleitorado que decide aquela eleição), já que o custo individual de não votar quando há uma obrigatoriedade legal é mais claro e direto, não dependendo da probabilidade de ser “pivotal” ou qualquer coisa do tipo.

mento sugerido no presente trabalho é de que a compulsoriedade não é apenas uma variável explicativa. Ela também altera a relação entre outras variáveis explicativas (de nível individual) e a participação.

Diversas análises de participação eleitoral abordam o *voto compulsório*. Só na meta-análise de Geys (2006), há 13 estudos empíricos que incluem essa variável. Por sua vez, autores como Jackman (2001) e Lijphart (1997) se dedicam a analisar as consequências do voto compulsório em termos de igualdade política. Outros fazem uma análise mais pormenorizada sobre as circunstâncias em que o voto compulsório traz mais participação, como Blais (2006). Norris (2002) encontra que o voto compulsório tem efeito apenas em democracias mais velhas, onde as instituições são mais fortes. Por sua vez, Fornos et al. (2004) analisam o impacto da intensidade das sanções para aqueles que não votam sobre os níveis de participação em cada país.

Outros autores propõem designs de pesquisa criativos para abordar essa questão. Hirczy (2004) realiza um *quase-experimento* para verificar a diferença entre distritos que utilizam e os que não utilizam a regra da obrigatoriedade dentro de um mesmo país. Já Elkins (2000) procura entender como os eleitores brasileiros se comportariam na *hipótese* de o voto ser facultativo (de forma semelhante a uma das análises que apresentaremos na próxima seção)¹⁴.

No entanto, pouca atenção foi dada para a hipótese de que o voto compulsório mude a relação *de outras variáveis* explicativas com a participação eleitoral. Talvez por essa razão, Power (2009) lamenta escassez de estudos mais específicos sobre a relação entre voto obrigatório e participação eleitoral. Se o voto é obrigatório, é de se esperar que motivações cívicas para votar percam força, já que muitas pessoas podem comparecer às urnas simplesmente para não haver problemas com a Justiça Eleitoral.

E se as motivações cívicas perdem força, outras motivações, relacionadas à necessidade de manter o Título Eleitoral regularizado, entram em

14 Os resultados desta autora apontam para uma *menor participação hipotética* entre as faixas com menor escolaridade. Oliveira (1999) analisou essa questão anteriormente, no município de Londrina (Paraná), encontrando correlação da disposição para votar não apenas com *educação*, mas também com *renda*. No entanto, nenhuma desses estudos envolve variáveis da *cultura política* (como eficácia e interesse).

cena. Como já mencionado, Figueiredo (1991) propõe que *funcionários públicos* têm uma prioridade diferenciada em relação ao título eleitoral, enquanto Power (2009) sugere que *pessoas empregadas* no mercado formal, de maneira geral, teriam essa prioridade. Portanto, esses autores sugerem que esses grupos tendem a votar mais do que o resto da população.

Podemos imaginar também que os efeitos do voto compulsório sobre o comparecimento às urnas vão além da mera existência da regra e das sanções a ela atreladas. A *falta de informação* sobre essa lei e sobre as *consequências* de não votar podem levar pessoas a uma preocupação em comparecer às urnas *maior ou menor* do que o necessário. Na dúvida, alguns eleitores podem preferir simplesmente votar ao invés de ter que tomar outros procedimentos (justificar ou pagar multas, ou mesmo se informar sobre as consequências de não votar), em face das incertezas quanto a isso e do custo relativamente baixo em votar.

Ademais, independentemente de quão informados os eleitores estejam sobre as consequências da abstenção, os custos de não votar ainda parecem mais altos do que os custos para votar. Por mais que seja fácil pagar as multas, ou justificar o voto, pode ser mais fácil simplesmente votar.¹⁵ A maior evidência para essa afirmação é justamente o fato de que o Brasil tem uma alta taxa de participação eleitoral em comparação a países onde o voto é facultativo.

É interessante lembrar também que o desejo de votar (ou o receio em se abster) também pode ser *complementado* por razões outras, completamente desligadas dessa questão legal (ou seja, as mesmas razões que levam as pessoas a votarem em países onde o voto é facultativo). Ou seja, as motivações relacionadas ao *voto compulsório* e aquelas de outra natureza *não são excludentes*. Muito pelo contrário, elas podem se somar. Aquele eleitor que não tem vontade alguma de votar talvez pesquise mais sobre as possíveis consequências, e sobre como justificar sua ausência de maneira correta para não ter problemas. O eleitor mais inclinado a votar (por motivos “extra-legais”) preferirá comparecer, garantindo que está cumprindo tanto seu dever legal quanto seu dever moral como cidadão.

15 Mesmo no caso de o eleitor estar fora de seu domicílio eleitoral, em contextos como eleições de nível nacional é possível realizar o *voto em trânsito*. Se uma pessoa terá que comparecer, de qualquer forma, para justificar seu voto, por que não simplesmente votar?

Dessa maneira, podemos propor a seguinte equação para explicar a participação eleitoral *no Brasil*:

$$\text{PROBABILIDADE DE VOTAR} = \text{Benefício Pessoal} + \text{"Benefício Cívico"/Desejos Não-Racionais} + \text{Recursos} - \text{Custo.}$$

Os “desejos não-rationais” e o “benefício cívico” se referem à satisfação pessoal por cumprir seu papel de cidadão ao votar e a outros fatores psicoemocionais que aumentam a disposição para comparecer às urnas. Por “benefício pessoal”, podemos entender o benefício de manter-se em dia com a justiça eleitoral; além do possível benefício pessoal ao ter um voto decisivo, o qual tem efeito desprezível, como já mencionado.

Portanto, fica aqui a questão: como o voto compulsório *interage* com as outras variáveis que explicam a participação eleitoral, *independentemente* da obrigatoriedade¹⁶? Antes de proceder a essa análise, entretanto, cabe uma exposição da forma como as eleições brasileiras se comportam no que se refere aos fatores de nível agregado acima mencionados.

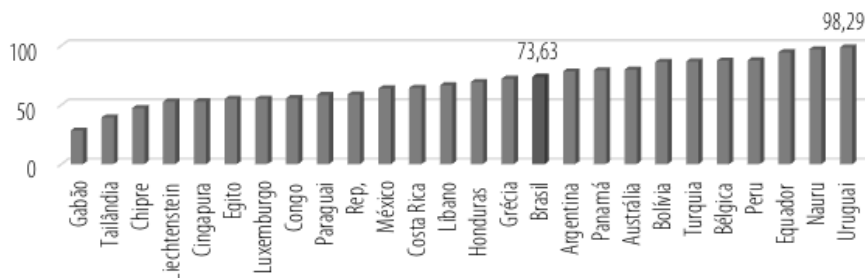
1.3. Considerações sobre o contexto brasileiro: diferenças de nível agregado nas eleições

Antes de partir para nossa análise, cabe uma breve exposição sobre o contexto da participação eleitoral brasileira, as diferenças entre as taxas de participação no Brasil e outros países, e também sobre as diferenças entre eleições distintas no país.

Como podemos ver no Gráfico 1, a participação no Brasil se situa numa posição quase mediana em relação a outros países com voto compulsório. No entanto, se considerarmos apenas países democráticos, a posição brasileira fica abaixo da média.

16 A interação do nível educacional com voto obrigatório aparece em Campante e Chor (2012), mas apenas como uma variável de controle (portanto, não há nenhuma atenção específica para esse fator, muito menos para a influência do voto compulsório sobre outras variáveis explicativas). Já o estudo de Katz (2008) sobre o Brasil é uma boa iniciativa para entender os determinantes das abstenções e votos inválidos em contexto de voto compulsório. No entanto, esta análise é feita em nível agregado, tornando-a menos precisa do que aquela aqui apresentada.

Gráfico 1. Participação eleitoral em países compulsórios (eleições parlamentares mais recentes)



Fonte: Institute for Democracy and Electoral Assistance.

Não é objetivo deste trabalho explicar as diferenças de participação *entre países diversos*, mas podemos apontar, de maneira resumida, os fatores que determinam o nível de participação no Brasil em relação a outros países. O país tem voto obrigatório com sanções moderadas, o que favorece a participação (mas há países com sanções mais altas). Além disso, as eleições no país têm elementos que favorecem a participação (eleições no domingo, representação proporcional, eleições simultâneas para cargos estaduais e federais) e outros que a desfavorecem (como a dificuldade de alistamento e, em algumas regiões, de acesso às urnas).

Um dos fatores que explica as diferenças de participação entre países com voto compulsório é o grau das punições por não votar. O Brasil se situa num meio termo, com algum tipo de punição, porém branda em relação a outros países¹⁷.

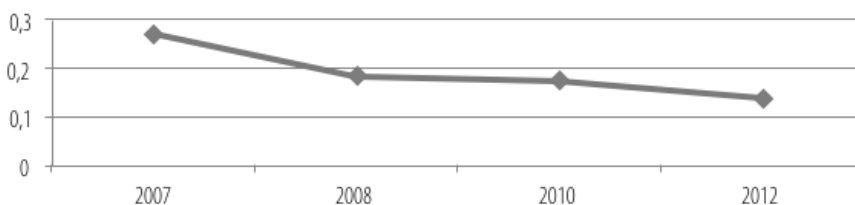
Por sua vez, as regras brasileiras de *alistamento eleitoral* parecem relativamente difíceis, já que não há possibilidade de cadastro no dia das eleições (o eleitor precisa criar ou regularizar seu título eleitoral com antecedência

17 Segundo o site do IDEA, há 5 tipos de punição para quem deixa de votar (desde uma pequena multa ou a mera necessidade de justificar a ausência até a prisão ou mesmo a cassação de direitos civis fundamentais como a condição de cidadão nacional). Alguns países não possuem sanção nenhuma, sendo a obrigatoriedade virtualmente simbólica. Em muitos casos, vários tipos de punição se aplicam. No Brasil, por exemplo, há a necessidade de justificar a ausência, a multa para quem não vota e, se a pessoa não cumpre nenhuma dessas duas obrigações, ela pode ser prejudicada para conseguir cargos públicos ou abrir contas bancárias. Ver http://www.idea.int/vt/compulsory_voting.cfm para uma breve descrição dos tipos de punição em cada país.

para poder votar numa eleição). A *distância das urnas* (somada à precariedade dos meios de transporte) também dificulta a participação em alguns locais do país. Em contraposição a isso, a realização das eleições em *domingos* (e a definição do dia da eleição como feriado oficial) contribuem para um maior comparecimento.

No Gráfico 2, abaixo, podemos ver o percentual de eleitores que declararam não possuir Título Eleitoral, entre aqueles que faltaram às eleições. Vemos que o número declinou, o que pode significar que a questão do alistamento está deixando de ser um motivo para abstenções.

Gráfico 2. % de pessoas sem Título Eleitoral entre os eleitores que não votaram nas últimas eleições



Fonte: Barômetro das Américas.

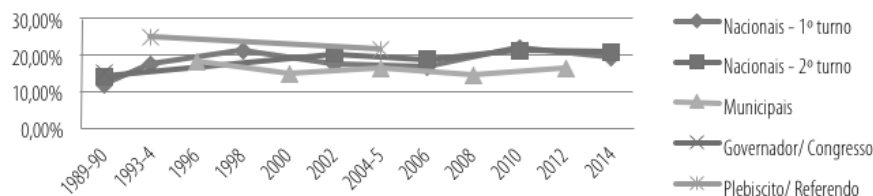
Existe um fator meramente operacional que impacta *as taxas oficiais de participação eleitoral* no Brasil: nos últimos anos, o TSE tem realizado uma rotina de *recadastramento* de eleitores em algumas cidades. Isso influencia o percentual de abstenções, pois eleitores que já não estão mais vivos ou que moram em outras cidades deixam de ser contabilizados como *abstenções* (Nicolau, 2010).

Como já mencionado, a simultaneidade de eleições pode aumentar a participação. No Brasil, desde 1994 as eleições para todos os cargos federais e estaduais são realizadas na mesma ocasião. Sendo assim, poderíamos esperar uma *maior abstenção* nas eleições de 1989 (apenas para Presidente da República) e de 1990 (eleições estaduais e do legislativo em nível federal), os casos em que não houve essa concomitância.

Entretanto, o Gráfico 3 (a seguir) mostra justamente o oposto: o primeiro turno das eleições de 1989 e as eleições de 1990 para governador e cargos legislativos tiveram índices de participação *maiores* do que nas elei-

ções nacionais de 1994 em diante. Isso pode ser explicado pela hipótese acima mencionada de que *eleições inaugurais* de um período democrático tenham uma participação eleitoral maior do que as subsequentes¹⁸.

Gráfico 3. Taxa de abstenção no período democrático (1989-2014)



Fonte: TSE.

As eleições municipais, por sua vez, também seguem essa tendência inversa, tendo, de forma geral, taxas de abstenção *menores* do que as eleições presidenciais. Como podemos explicar que eleições que tratam apenas de *dois cargos locais* (prefeito e vereador) tenham maior participação da população do que nas eleições nacionais, que elegem diversos cargos de abrangência estadual e nacional?

É preciso investigar essa questão mais a fundo, mas entre as variáveis independentes utilizadas na literatura de participação, podemos encontrar uma explicação na teoria da “pivotalidade”: como já explicado, de acordo com essa teoria, uma eleição com menor número de eleitores (como uma eleição municipal) tende a ter *maior participação* do que uma eleição com mais eleitores (como as eleições estaduais e federais), pois a chance de um indivíduo realizar o voto decisivo é maior quando há menos pessoas votando naquele pleito.

Entretanto, ainda que o Brasil se conforme com a teoria da “pivotalidade” e com a correlação inversa entre tamanho populacional e participação eleitoral quando comparamos eleições municipais com as de maior abrangência, as diferenças de participação *entre* municípios vão na direção

18 Como observou Moisés (1990), os altos índices de participação nas eleições de 1989 se devem a uma “efetiva possibilidade de alternância no poder”, somada à tendência plebiscitária que já impulsionava a participação eleitoral desde o regime militar, e a uma sensação de eficácia política crescente no período eleitoral.

contrária: Costa (2007) encontra menores índices de participação em municípios com menor população. Isso se deve, segundo ele, à dificuldade de acesso às urnas (sobretudo nas regiões Norte e Nordeste), não apenas pela distância entre eleitor¹⁹ e local de votação, mas também devido à precariedade nos transportes nestes locais.²⁰

Já as eleições presidenciais de segundo turno²¹ apresentaram, em todas as eleições desde 1989, uma participação eleitoral *menor* do que no primeiro turno. Como as eleições presidenciais de segundo turno são acompanhadas, no máximo, por eleições para governador em alguns estados, podemos considerar que essa diferença se explica pela teoria da *simultaneidade de eleições*.

Mas outros fatores podem causar essa diferença também, como uma menor satisfação com as opções apresentadas no segundo turno. Outra possibilidade é que aqueles eleitores que *já faltaram nas eleições do primeiro turno* perdem o incentivo dado pela compulsoriedade para votar no segundo turno (pois precisarão ir até os tribunais eleitorais para regularizar sua situação de qualquer maneira – e dificilmente precisarão ter o *título eleitoral* em dia no curto período entre os dois turnos). Esse seria mais um exemplo de como o voto obrigatório (e as regras específicas do Brasil referentes a ele) traz uma dinâmica diferente para as eleições.

No Gráfico 3 também podemos observar que o Plebiscito sobre o sistema de governo de 1993 e o Referendo de 2005 tiveram as mais altas taxas de abstenção entre todas as eleições do período democrático, mesmo acon-

19 Infelizmente, não há dados no Brasil sobre a distância entre urna e residência do eleitor, para que se possa analisar precisamente a relação entre *distância das urnas* e participação em diferentes regiões, estados ou municípios. Solicitamos ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) dados sobre a distância média entre a residência de cada eleitor e o colégio onde vota, mas infelizmente não há registros deste tipo de informação por parte desta instituição.

20 Ainda sobre a questão da “pivotalidade”, é difícil dizer qual a influência da distância entre os candidatos sobre a participação, pois na maior parte das eleições há mais de um cargo em disputa (mesmo em eleições nacionais de segundo turno, onde podem haver disputas para presidente e para governador em alguns estados).

21 Não incluímos nesse gráfico as eleições de segundo turno para governador (nos casos em que não houve segundo turno para Presidente) e prefeito porque não se pode ter um panorama geral do país nessas eleições, visto que só alguns Estados e municípios têm o segundo pleito.

tecendo sob a mesma regra de obrigatoriedade que regeu os outros pleitos. Uma possível explicação é que alguns eleitores não sabiam que o voto era obrigatório nesses casos de consulta direta.

A questão da simultaneidade de eleições também pode ter exercido um papel importante: sair para votar e decidir uma questão única questão pode ser menos estimulante do que decidir para cargos diversos (como acontece ao menos nas eleições de primeiro turno). Isso pode ser um motivo (além da diminuição de custos) para que esse tipo de consulta popular seja realizada *junto* às eleições convencionais, como acontece em outros países²². Além do mais, como Norris (2002) sustenta, o eleitor fica fatigado se tiver que votar (e vivenciar campanhas políticas) diversas vezes em um mesmo período de tempo. Isso pode ajudar a explicar, em especial, o caso de 1993, já que houveram eleições em 1989, 1990 e 1992²³.

2. DESENHO DE PESQUISA: HIPÓTESES E MÉTODO DE ANÁLISE

Tendo em vista tudo que foi discutido nas seções anteriores, procedemos para uma análise estatística dos fatores que determinam a participação eleitoral no Brasil. Os dados utilizados são das pesquisas de opinião “A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas”, realizada em junho de 2006²⁴ e “Brasil, 25 anos de democracia”, realizada em abril de

22 Um estudo de Tolbert, Grummel e Smith (2001) nos Estados Unidos aponta para uma participação *maior* em eleições onde houve votações de referendos e iniciativas populares simultaneamente às disputas de cargos tradicionalmente previstas. Portanto, nesses casos, o comparecimento não seria maior apenas do que em referendos e plebiscitos realizados separadamente, mas isso também pode aumentar o comparecimento nas eleições comuns.

23 Podemos ver esses casos não apenas sob a ótica da *simultaneidade*, mas também sob a ótica da *importância* de cada decisão. Não é difícil argumentar que a definição do sistema político (Plebiscito de 1993), ou mesmo uma regulação sobre as armas que permanecerá por anos (ainda que seja uma única questão específica) possam ser mais importantes para alguns eleitores do que decidir quem governará por alguns anos. Porém, o Plebiscito de 1993 (ou mesmo no Referendo de 2005) foi marcado por desinformação sobre o que estava em jogo.

24 Desenvolvida pelo NUPPS-USP ((Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo) e CESOP-UNICAMP (Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas), com coordenação dos professores José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello.

2004²⁵. Adicionalmente, para dar mais robustez às evidências empíricas, utilizamos os dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro), aplicada em novembro de 2002²⁶.

Cabe lembrar que essas pesquisas têm uma diferença fundamental: enquanto as pesquisas de 2006 (NUPPS/CESOP) e 2014 (NUPPS) foram realizadas *antes* das eleições²⁷, o ESEB é sempre realizado *logo após* as eleições. Se isso pode trazer algumas vantagens, como uma maior correspondência entre os diversos posicionamentos e sentimentos expressos pelo entrevistado naquele momento e seus posicionamentos no momento de votar (ou não). Por outro lado, há uma grande desvantagem: as eleições e as campanhas que as precedem mudam o comportamento dos indivíduos. As pessoas ficam mais informadas naquele período, e possivelmente seu interesse por política aumenta também. Além disso, a sensação de eficácia política pode aumentar, como já citado (Moisés, 1990). Portanto, as respostas obtidas logo após as eleições sobre questões como interesse e eficácia política podem ser enviesadas. Portanto, utilizamos estes bancos de dados diversos para dar mais robustez aos nossos resultados.

Adicionalmente, foram testados modelos com o ESEB 2002 tendo como variável dependente as eleições de 1998 (já que havia uma pergunta para isso). Esses modelos, infelizmente, contam com as duas desvantagens aqui descritas: por um lado, estão 4 anos distantes daquelas eleições, portanto a situação descrita pelo entrevistado em outros itens que compõem as variáveis independentes pode ter mudado. Por outro, a possível distorção nessa situação, devido ao fato de que a pesquisa é realizada logo após o período eleitoral, também permanece, mesmo não sendo a mesma eleição sobre a qual essa variável dependente versa.

Cabe lembrar também que *declarar que votaria* é algo bastante diferente de efetivamente votar, estando esta questão sujeita ao “social desirability bias” (viés da deseabilidade social). Ainda assim, mesmo com todos esses

25 Desenvolvida pelo NUPPS-USP, sob coordenação do professor José Álvaro Moisés.

26 Coordenada pelo CESOP-UNICAMP e pelo DataUFF (Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense).

27 Portanto, a pesquisa de 2006 se refere às eleições de 2002 e, da mesma forma, a pesquisa de 2014 se refere às eleições presidenciais de 2014, ao questionarem se o indivíduo votou ou não.

problemas, os modelos com essa variável dependente (disposição hipotética para votar se não fosse obrigado a isso) nos fornecem evidências adicionais sobre as hipóteses que se pretende testar aqui.

2.1. Método de análise

Foram realizadas *regressões logísticas* para duas variáveis binárias diferentes, tal qual acabamos de mencionar. A principal delas é a participação eleitoral de fato (votou=1; não votou=0) e, adicionalmente, analisamos a disposição para votar *se o voto fosse facultativo* (votaria=1; não votaria =0).

2.2. Hipóteses

- H1: educação *aumenta* participação eleitoral;
- H1a: educação *não possui correlação* com participação eleitoral, pois o voto compulsório equaliza a participação entre grupos socioeconômicos diversos.
- H2: interesse por política *aumenta* participação eleitoral;
- H2a: *não há correlação* entre participação eleitoral e interesse por política, já que mesmo sem qualquer preocupação com a política os indivíduos têm obrigação legal de votar.
- H3: eficácia política *aumenta* participação eleitoral;
- H3a: *não há relação* entre eficácia política e participação no Brasil pois, mesmo acreditando que seu voto não fará a mínima diferença, ainda assim o indivíduo precisa votar para cumprir a lei.
- H4: *trabalhadores com carteira assinada* votam mais, pois precisam do título de eleitor em dia mais do que outros cidadãos;
- H5: *funcionários públicos* votam mais, pois têm maior necessidade de manter o título de eleitor em dia mais do que outros cidadãos (ou seja, o mesmo motivo proposto na H4).

3. ANÁLISE ESTATÍSTICA DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL

Tabela 1. Regressões logísticas de participação eleitoral

	2006				2014	
	OR	S.E.	B	S.E.	B	S.E.
Renda	-0.092	(0.126)	-0.115	(0.124)	0.102	(0.107)
Educação	0.113	(0.081)	0.120	(0.079)	0.041	(0.053)
Sexo	0.427	(0.319)	0.429	(0.317)	0.364	(0.202)
Idade	0.022*	(0.011)	0.023*	(0.011)	0.058***	(0.008)
Emprego	0.944**	(0.363)	0.965**	(0.359)	0.472	(0.258)
Público	0.111	(0.758)				
Logpop	0.120	(0.073)	0.120	(0.072)	-0.089	(0.067)
Interesse	0.095	(0.187)	0.063	(0.184)	0.257	(0.139)
Conflegis	-0.042	(0.184)	-0.068	(0.182)	-0.058	(0.119)
Conf_pessoal	0.350	(0.197)	0.327	(0.195)	0.542***	(0.132)
Associação	0.063	(0.300)	0.109	(0.298)	0.012	(0.208)
Democracia	-0.093	(0.170)	-0.102	(0.171)	0.340**	(0.110)
Ideologia	0.020	(0.046)	0.019	(0.045)	-0.045	(0.033)
Eficácia	0.209	(0.304)	0.195	(0.302)	0.057	(0.069)
N	1595		1604		1401	

* Significância * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. Fontes: “A desconfiança os cidadãos nas instituições democráticas” (2006); “Brasil, 25 anos de democracia” (2014).

As regressões feitas com as pesquisas “A desconfiança dos cidadãos nas instituições democráticas”, em 2006 e “Brasil, 25 anos de democracia”, de 2014, favorecem, de maneira geral, a tese central aqui defendida: a participação eleitoral, sob o voto compulsório, tem motivações (e portanto, fatores explicativos) diferentes do que se verifica na literatura de participação em países com voto facultativo. Fatores *socioeconômicos* e *cultura política* dão lugar a variáveis mais relacionadas com a necessidade de manter uma situação regular perante a Justiça Eleitoral. No entanto, os resultados aqui apresentados não são unânimes a esse respeito.

Educação e interesse por política, os dois maiores preditores da participação (eleitoral e de outros tipos) na literatura especializada, não possuem correlação estatisticamente significativa nas pesquisas de 2006 e 2014

(ver Tabela 2)²⁸. A educação também não apresentou relação com participação nos modelos do ESEB.

Tabela 2. Regressões logísticas para participação eleitoral (ESEB)

	1º turno (2002)		2º turno (2002)		Eleições de 1998	
	B	S.E.	B	S.E.	B	S.E.
Renda	0.000	(0.000)	-0.000	(0.000)	0.000	(0.000)
Educacao	0.022	(0.020)	0.024	(0.019)	0.019	(0.019)
Sexo	0.084	(0.172)	0.081	(0.168)	0.591***	(0.163)
Idade	0.016*	(0.007)	0.019**	(0.007)	0.099***	(0.009)
Emprego	-0.014	(0.184)	0.019	(0.179)	0.662***	(0.172)
Publico	0.326	(0.328)	0.336	(0.316)	0.252	(0.299)
Regiao	-0.148	(0.166)	-0.173	(0.162)	-0.240	(0.152)
Interesse	0.389**	(0.139)	0.351**	(0.135)	0.248	(0.130)
Avalpublico	0.043	(0.032)	0.047	(0.031)	-0.014	(0.030)
Conf_pessoal	0.176	(0.131)	0.006	(0.124)	-0.009	(0.120)
Democracia	0.207	(0.182)	0.115	(0.183)	0.111	(0.170)
Ideologia	0.041	(0.023)	0.023	(0.023)	0.029	(0.021)
Eficacia	0.068	(0.121)	0.008	(0.120)	0.246*	(0.113)
N	1497		1491		1499	

Significância * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. Fonte: “Estudo Eleitoral Brasileiro” (2002).

Os dados do ESEB apontam para uma correlação positiva entre *interesse e participação*, favorecendo a H2. Mas o fato dessa pesquisa ser realizada *após as eleições*, ao interferir na medição de variáveis como o interesse (como exposto na seção anterior), pode trazer uma correlação entre participação e interesse que não significa que a primeira é consequência do segundo.

28 Educação apresentou correlação positiva e estatisticamente significativa (ao nível de 5%) com a participação eleitoral em modelos alternativos realizados com dados do World Values Survey (WVS) no ano de 2006. Interesse por política, por sua vez, não apresentou nenhuma relação estatisticamente significativa, fornecendo uma evidência adicional para a hipótese aqui defendida.

Se o interesse por política aumenta durante o período eleitoral, é lícito supor que esse interesse *temporário* por política seja mais frequente em pessoas que *não votariam* se não fossem obrigadas a isso. Resumindo, aqui estamos sugerindo uma correlação *espúria* entre *interesse* e *participação* nos dados do ESEB, pela combinação de dois fatores: uma relação causal inversa e uma medição enviesada da variável *interesse*. Ou seja, o interesse gera participação, mais do que o oposto. Essa relação causal invertida já foi mencionada em outros contextos (voto facultativo ou mesmo para outras formas de participação), mas pode ser ainda mais intensa nesse contexto, pois há uma razão clara para uma pessoa participar sem nenhum interesse *prévio* por política mas, depois disso, ela pode *adquirir* esse interesse. Ele pode durar pouco, mas dura o bastante para que seja verificada uma correlação com a participação numa pesquisa realizada no mês seguinte às eleições²⁹.

A Tabela 3, a seguir, apresenta evidências adicionais para as hipóteses de que *educação* e *interesse* perdem importância *devido* ao voto compulsório. A disposição para votar (numa situação hipotética onde a obrigação legal de votar fosse removida) aparece correlacionada com educação em níveis convencionais (exceto nos modelos de 2014, onde o coeficiente dessa variável é próximo de *zero* e não atinge significância estatística nos níveis convencionais). Os coeficientes para *interesse*, por sua vez, são positivos e estatisticamente significantes em todos os modelos para esta participação hipotética.

A *sensação de eficácia do voto* também não parece apresentar nenhum efeito sobre participação. Nas regressões referentes à *disposição de votar caso não fosse obrigatório*, por sua vez, esta variável também apresentou uma correlação estatisticamente significativa, e com coeficientes *substantivamente* relevantes. Quanto às hipóteses relacionadas à necessidade de manter o título eleitoral, a H4 (*pessoas com emprego formal participam mais*) ganha sustentação em *alguns modelos*, ao contrário da H5 (*funcionários públicos*

29 A possibilidade dessa relação causal mútua entre participação e interesse recomenda que façamos regressões sem a variável *interesse*, pois ela pode enviesar os coeficientes de todas outras variáveis. Por isso, testamos modelos *sem* essa variável. As diferenças nos coeficientes (e significância estatística) das outras variáveis explicativas foram desprezíveis.

participam mais). Como podemos ver, os coeficientes da variável *emprego* são estatisticamente significantes mesmo ao nível de 1%, nos dados de 2006 (NUPPS/CESOP).

Tabela 3. Regressões logísticas com a disposição para votar se fosse facultativo como variável dependente

	ESEB 2002		2006 -NUPPS/CESOP		2014 – NUPPS	
	B	S.E.	B	S.E.	B	S.E.
Renda	0.000*	(0.000)	-0.003	(0.046)	0.046	(0.056)
Educação	0.065***	(0.014)	0.073*	(0.029)	0.005	(0.030)
Sexo	0.020	(0.122)	-0.220*	(0.112)	-0.108	(0.117)
Idade	-0.002	(0.005)	0.006	(0.004)	0.001	(0.004)
Emprego	0.014	(0.129)	-0.318*	(0.134)	-0.216	(0.141)
Região/Logpop	-0.269*	(0.119)	-0.059*	(0.025)	-0.064	(0.038)
Interesse	0.815***	(0.097)	0.437***	(0.067)	0.513***	(0.074)
Aval publico/Conflegis	0.011	(0.023)	0.208**	(0.067)	0.328***	(0.069)
Conf_pessoal	0.027	(0.089)	-0.017	(0.074)	0.125	(0.073)
Associação			0.065	(0.107)	-0.313*	(0.123)
Democracia	0.389**	(0.136)	0.332***	(0.059)	0.136	(0.070)
Ideologia	0.022	(0.016)	0.019	(0.018)	0.011	(0.020)
Eficácia	0.507***	(0.087)	0.641***	(0.111)	0.189***	(0.042)
N	1515		1747		1517	

Significância * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$. Fontes: “Estudo eleitoral Brasileiro” (2002); *A desconfiança os cidadãos nas instituições democráticas* (2006); “Brasil, 25 anos de democracia” (2014).¹

No entanto, nos modelos de 2014 (NUPPS) e de 2002 (ESEB), não é possível rejeitar a hipótese nula mesmo ao nível de significância de 5%³⁰. Nos dados do ESEB, apenas para o modelo referente às eleições de 1998 essa variável apresentou uma correlação estatisticamente significativa com a participação eleitoral. Por outro lado, a H₅ não encontrou sustentação

30 Observando o erro-padrão, verificamos que o p-valor não está longe deste limiar de 5% para o modelo de 2014. Como o limiar de 5% (ou qualquer outro), é até certo ponto arbitrário, não podemos deixar de nos atentar para isso.

em *nenhum* dos modelos testados (cabe lembrar que não há dados para esta variável na pesquisa de 2014)³¹.

Regressões bivariadas *apenas* com essas variáveis também foram testadas. Estes modelos foram favoráveis à H4, já que neste caso *emprego* apresentou correlação estatisticamente significativa a níveis convencionais não apenas na pesquisa de 2006, mas também na de 2014 (nos modelos do ESEB essa variável permaneceu estatisticamente insignificante)³². Já a variável *publico* não apresentou significância estatística nem mesmo nesses modelos, confirmando a hipótese nula H5a (*não há maior participação dos funcionários públicos no Brasil, em relação a outros cidadãos*)³³. Uma informação adicional interessante se encontra na pesquisa de opinião *Barômetro das Américas*, realizada pelo LAPOP (Latin American Public Opinion Project, da Vanderbilt University). Nesta pesquisa, os eleitores que não votaram foram indagados, diretamente, sobre os motivos para tal.

A localização dos eleitores responde por cerca de ¼ das abstenções³⁴. No entanto, não é possível saber o motivo pelo qual esses cidadãos encontravam-se fora de seu domicílio eleitoral. Alguns podem estar morando e/ou trabalhando em outras cidades e estados. Porém, algumas pessoas podem ter ido viajar durante as eleições, o que envolve, hipoteticamente, falta de interesse sobre elas.

31 Nos modelos testados com dados do WVS (2006), acima mencionados, nem *emprego* nem *publico* apresentaram significância estatística a níveis convencionais.

32 Os resultados divergentes em relação à variável *emprego* podem ser explicados, em parte, pelas diferentes especificações para o status ocupacional de cada indivíduo (empregado, empreendedor, estagiário, etc.) em cada pesquisa.

33 Testamos também modelos multivariados sem a variável *interesse*, já que essa variável poderia estar ofuscando o efeito de outras, como *emprego* (além de enviar os outros coeficientes, devido à sua relação espúria com *participação*). Por razões semelhantes, também testamos modelos sem a variável *eficácia*. Os resultados foram bastante semelhantes em relação aos modelos que continham essas duas variáveis.

34 Aqui o termo “abstenções” se refere a todos entrevistados que não votaram, pois na amostra estão incluídos não apenas os potenciais eleitores, mas também pessoas que não estavam em idade para votar.

Tabela 4. Respostas para a questão “Por que o sr(a). não votou no primeiro turno nas eleições passadas [2006]?”

	N	%
Não se encontrava em seu domicílio eleitoral	50	28.25
Não tinha a idade necessária	37	20.9
Outra razão	27	15.25
Falta de interesse	17	9.6
Doença	12	6.78
Não acredita no Sistema	8	4.52
Falta de carteira de identidade	8	4.52
Tinha que trabalhar/ Falta de tempo	7	3.95
Não gostou de nenhum candidato	5	2.82
Incapacidade física ou falta de capacidade	4	2.26
Chegou tarde para votar e estava fechado	2	1.13
Total	177	100

Fonte: “Barômetro das Américas” (2007).

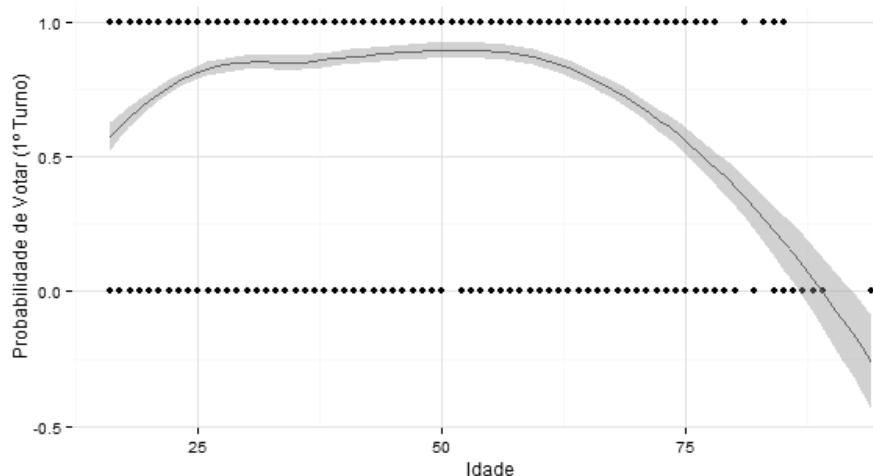
Mas como podemos ver, o *interesse por política*, segundo os próprios eleitores faltosos, responde por quase 10% das abstenções. Não é uma cifra grande, mas ainda assim considerável, dando um suporte adicional à H2 (interesse por política aumenta participação, mesmo no contexto do voto compulsório).

Outra motivação relacionada à *cultura política* aparece em seguida: “não acredita no sistema [eleitoral]”, com quase 5% dos cidadãos que não votaram. Portanto, a eficácia política e a confiança nas instituições podem exercer um papel sobre as abstenções no Brasil. No entanto, não encontramos correlação estatisticamente significativa entre participação e *confiança política* em *nenhum dos modelos testados*. Isso não é de se surpreender, dado que a relação entre essas duas variáveis não é clara nem mesmo em países onde votar é uma atividade opcional.

Diferentemente de *confiança política*, outras variáveis que não estão entre as preocupações centrais deste trabalho apresentaram significância estatística nas regressões acima apresentadas. Em particular, estamos nos referindo à variável *idade*, a qual apresentou relação positiva e estatísti-

camente significativa em *todos os modelos* de participação eleitoral acima apresentados. Curiosamente, essa variável não apresentou efeito estatisticamente significativo quando a variável dependente era a disposição de votar no contexto do voto facultativo. Portanto, estariam os jovens tão dispostos a votar quanto os mais velhos, se o voto não fosse obrigatório?

Gráfico 4. Correlação entre Idade e Participação Eleitoral



No Gráfico 4, verificamos a relação entre participação eleitoral e idade (dados do ESEB, 1º turno das eleições de 2002). Para interpretá-lo, é importante ter em mente que esse gráfico é uma estimativa da *probabilidade de votar* e, sendo de tipo *loess* pode trazer um pouco de distorção, ainda que tenha a vantagem de permitir uma curva não-linear. Sendo assim, o aumento que se verifica até 25 anos e a queda que se verifica próximo aos 60 anos de idade podem ser fruto da menor participação abaixo de 18 anos e acima de 70 anos (por ser o voto facultativo nessas idades), que se reflete em idades próximas no gráfico.

Tirando essa questão, esse gráfico reflete bem a tendência que podemos verificar em estatísticas descritivas sobre essa amostra do ESEB ou outras amostras (ou mesmo sobre a população real, a partir dos dados do TSE): entre 18 e 19 anos, há um grande aumento da participação devido à obrigatoriedade do voto, depois ele apresenta uma ligeira tendência de aumento até se aproximar dos 70 anos, quando diminui bastante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à natureza dos dados e à complexidade das causas da participação política, a análise apresentada acima não traz resultados conclusivos sobre a participação eleitoral no Brasil. Não se pode inferir *causalidade* a partir de correlação (ver, por exemplo, King, 1986; Kellstedt; Whitten, 2013). Para proceder a inferências causais, seria necessário incorporar outros métodos, como experimentos ou mesmo abordagens qualitativas, os quais nem sempre são fáceis de se operacionalizar devido à natureza da questão e dos dados disponíveis. Portanto, a maior contribuição desta análise reside justamente em apontar para outros caminhos de pesquisa que ainda não recebem atenção, e podem esclarecer algumas peculiaridades do caso brasileiro.

Pesquisas de opinião e abordagens *qualitativas* que busquem apreender a *importância* do Título Eleitoral para cada indivíduo contribuiriam para elucidar os efeitos do *voto compulsório* tal qual especificado na legislação brasileira. Essas pesquisas poderiam incluir também questões sobre *as informações* que cada indivíduo tem sobre as consequências de *não votar*, para entendermos melhor como cada indivíduo entende, *de fato*, essa legislação³⁵. A falta de informação clara pode impactar a decisão de votar inclusive de eleitores para o qual ela é *facultativa*, pois a falta de informação pode fazê-los considerar que são obrigados a votar.³⁶

O *interesse por política* de fato pode ter uma relação causal inversa com a participação, ou seja, mais participação pode levar a mais interesse. Esta questão é bastante relevante inclusive como justificativa para que o voto seja obrigatório, levando a um círculo virtuoso onde as pessoas se interes-

35 Adicionalmente, podemos sugerir que pesquisas de opinião sobre *participação e comportamento eleitoral* em geral sejam realizadas com uma distância um pouco maior das eleições.

36 Em 2011, por exemplo, muitos idosos do município de Curitiba acreditaram que o recadastramento biométrico era obrigatório a eles, sob pena de perderem sua aposentadoria. Ainda que não se trate da obrigatoriedade de *votar* (e sim de fazer o recadastramento eleitoral), é um bom exemplo da falta de informação sobre o assunto. Sobre isso, ver <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1129946>. De maneira semelhante, até mesmo grandes portais como o G1 e o UOL deram informações discrepantes sobre a obrigatoriedade do voto para pessoas com deficiência.

sariam cada vez mais por política e participariam cada vez mais também. Considerando que o *interesse por política* aparece como estatisticamente significativo apenas em alguns modelos do ESEB, podemos supor que esse círculo virtuoso não ocorre. Pesquisas mais voltadas para resolver essa questão específica também seriam de extrema valia, em especial porque o argumento de que o voto obrigatório leva os indivíduos a se engajarem mais na política como um todo é bastante frequente entre os defensores da compulsoriedade³⁷.

Por sua vez, o efeito da *educação* pode ter sido ofuscado devido à complexa relação causal entre fatores socioeconômicos e participação. A educação tem relação com fatores motivacionais como o interesse por política, e pode estar relacionada também com fatores ligados ao *capital social* e à *mobilização política* (Leighley, 1995). Por isso, esses fatores podem estar *mediando* sua relação com a participação³⁸.

Além disso, uma das ideias mais defendidas durante o presente trabalho (e que, não recebeu a atenção devida em estudos sobre o tema) é que o contexto do voto obrigatório traz uma relação completamente diferente entre a participação e as variáveis independentes que foram usadas ao longo dos anos na literatura especializada, já que a *função de utilidade do voto* muda bastante em relação a países com voto facultativo.³⁹ Sendo assim, tanto o *nível educacional* quanto outras variáveis acima contempladas po-

37 Brady, Verba e Schlozman (1995) sugerem uma regressão 2SLS (*two stage least squares*) para analisar a relação entre *participação* e *interesse*, mas é difícil encontrar uma variável instrumental adequada para utilizar esse método. A aplicação de pesquisas de opinião com maior distância das eleições, como sugerido na nota de rodapé 38, poderia ser feita apenas com metade da amostra (sendo a outra metade entrevistada logo após as eleições), funcionando como um *experimento* para trazer novas informações sobre *como o interesse por política*, a *sensação de eficácia* ou mesmo outras variáveis são impactadas pelo período de campanha eleitoral. De forma semelhante, pesquisas longitudinais, onde o mesmo indivíduo é entrevistado duas vezes, também poderiam contribuir para entendermos como o interesse aumenta durante as eleições (e em que circunstâncias ele pode permanecer elevado depois).

38 De fato, se realizarmos regressões com esses mesmos dados e essas mesmas variáveis dependentes, tendo *educacao* como única variável independente, os coeficientes são estatisticamente significantes (e positivos) nos modelos do ESEB (nas outras pesquisas, eles permanecem nulos).

39 E aqui estamos pensando também em grande parte dos estudos *cross-national*, já que a esmagadora maioria dos países abordados nesses estudos têm voto facultativo.

dem perder seu efeito no contexto da *compulsoriedade*. E mesmo quando elas realmente *têm* efeito sobre a participação, devemos interpretar isso de maneira diferente da que interpretaríamos no contexto do voto facultativo.

Portanto, é preciso lembrar da complexidade da relação entre essas variáveis e salientar a dificuldade em se estabelecer relações causais precisas aqui. As críticas de Leighley (1995) a postulações simplistas sobre a relação entre variáveis socioeconômicas e a participação devem ser levadas em conta.

O voto obrigatório não causa apenas *mais participação*, mas ele altera a qualidade desta participação, altera a distribuição de *quem participa*, e por consequência disso, ele pode trazer efeitos distributivos sobre as políticas públicas. A sub-representação de certos grupos, seja pelo seu status socioeconômico ou ocupacional, importa⁴⁰. Se a participação for realmente equilibrada em termos de *renda e educação*, isso pode indicar que o voto compulsório equaliza a participação em termos *socioeconômicos*. Por outro lado, podem haver grupos específicos subrepresentados politicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLAIS, André. What affects voter turnout?. *Annu. Rev. Polit. Sci.*, v. 9, p. 111-125, 2006.

BRADY, Henry; MCNULTY, John. Turning out to vote: The costs of finding and getting to the polling place. *American Political Science Review*, v. 105, n. 1, p. 115-134, 2011.

BRADY, Henry E.; VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman. Beyond SES: A resource model of political participation. *American Political Science Review*, v. 89, n. 02, p. 271-294, 1995.

CAMPANTE, Filipe R.; CHOR, Davin. Schooling, political participation, and the economy. *Review of Economics and Statistics*, v. 94, n. 4, p. 841-859, 2012.

40 É interessante pensar a questão da representatividade de maneira mais ampla, até porque ela é central neste livro. Cesário (capítulo 6), por exemplo, aponta para uma pluralidade considerável na participação em grupos de interesse, destacando a participação de grupos como os trabalhadores assalariados. Somando isso aos resultados acima apresentados, sugere-se que a classe trabalhadora se vê consideravelmente representada, tanto nas eleições quanto nestas outras formas de ação política. No entanto, outros setores da população, como os desempregados, podem se ver ainda à margem da política.

- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. *Revista Estudos Históricos*, v. 9, n. 18, p. 337-360, 1996.
- COSTA, Homero de Oliveira. *Democracia e representação política no Brasil: uma análise das eleições presidenciais, 1989-2002*. Editora Sulina, 2007.
- DALTON, Russell J. *Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. SAGE, 2008.
- DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo (Ed.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.
- DOWNS, Anthony. An economic theory of political action in a democracy. *The journal of political economy*, p. 135-150, 1957.
- ELKINS, Zachary. Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. *Opin. Publica*, Campinas, v. 6, n. 1, Apr. 2000.
- ENOS, Ryan D.; FOWLER, Anthony. *Pivotality and Turnout: Evidence from a Field Experiment in the Aftermath of a Tied Election*. Political Science Research and Methods, p. 1-11, 2014.
- ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro, 2002 (Banco de dados). In: Consórcio de Informações Sociais, 2012.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. Editora UFMG, 1991.
- FORNOS, Carolina A.; POWER, Timothy J.; GARAND, James C. Explaining voter turnout in Latin America, 1980 to 2000. *Comparative Political Studies*, v. 37, n. 8, p. 909-940, 2004.
- FRANKLIN, Mark N. *Voter turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945*. Cambridge University Press, 2004.
- GEYS, Benny. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. *Electoral Studies*, v. 25, n. 4, p. 637-663, 2006.
- HELLWIG, David J. Racial paradise or run-around? Afro-North American views of race relations in Brazil. *American Studies*, p. 43-60, 1990.
- HIRCZY, Wolfgang. The impact of mandatory voting laws on turnout: A quasi-experimental approach. *Electoral Studies*, v. 13, n. 1, p. 64-76, 1994.
- INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. *Trends in political action: The developmental trend and the post-honeymoon decline*. International Journal of Comparative Sociology, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge University Press, 2005.

JACKMAN, Robert W. Political institutions and voter turnout in the industrial democracies. *The American Political Science Review*, p. 405-423, 1987.

JACKMAN, Simon. Compulsory voting. *International encyclopedia of the social and behavioral sciences*, p. 16314-18, 2001.

KATZ, Gabriel. A statistical model of abstention under compulsory voting. 2011. Tá citado mas falta revista!

KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. *The fundamentals of political science research*. Cambridge University Press, 2013.

KING, Gary. How not to lie with statistics: Avoiding common mistakes in quantitative political science. *American Journal of Political Science*, p. 666-687, 1986.

LIJPHART, Arend. Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. *American political science review*, p. 1-14, 1997.

LEIGHLEY, Jan E. Attitudes, opportunities and incentives: A field essay on political participation. *Political research quarterly*, v. 48, n. 1, p. 181-209, 1995.

MOISÉS, J.A. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 22, Dec. 1990.

MOISÉS, J.A. Desafios da maioria das eleições democráticas. *Opinião Pública*, 2010.

NORRIS, Pippa. *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, Pippa; WALGRAVE, Stefaan; VAN AELST, Peter. Who demonstrates? Antistate rebels, conventional participants, or everyone? *Comparative politics*, p. 189-205, 2005.

NICOLAU, J.M. *História do voto no Brasil*. Jorge Zahar Editor, 2002.

NICOLAU, J. Abstencões, nulos e brancos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 out. 2010.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transitions from authoritarian rule: Tentative conclusions about uncertain democracies*. JHU Press, 2013.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann de. Voto obrigatório e equidade um estudo de caso. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 13, n. 4, Dec. 1999.

OLSON, Mancur. The logic of collective action: public goods and the theory of group. *Cambridge: Harvard University Press*, 1965.

POWER, Timothy. Compulsory for Whom? Mandatory Voting and Electoral Participation in Brazil, 1986-2006. *Journal of Politics in Latin America*, v. 1, n. 1, p. 97-122, 2009.

RIKER, William H.; ORDESHOOK, Peter C. *A Theory of the Calculus of Voting*. American political science review, v. 62, n. 01, p. 25-42, 1968.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira. São Paulo: Vértice, v. 134, 1987.

TOLBERT, Caroline J.; GRUMMEL, John A.; SMITH, Daniel A. The effects of ballot initiatives on voter turnout in the American states. *American Politics Research*, v. 29, n. 6, p. 625-648, 2001.

WHITELEY, Paul F.; SEYD, Patrick. Rationality and party activism: Encompassing tests of alternative models of political participation. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 2, p. 215-234, 1996.

CODIFICAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Variáveis Dependentes

Tabelas 1 e 2: 1= votou; 0 = não votou; * “Não sabe”, “não respondeu” e “não lembra” codificados como missing

Tabela 3 – votaria se não fosse obrigatório? 1= Sim; 0 = Não; * ”Não sabe/talvez/depende” (variável “*votaria*”) foram codificados como missing.

Variáveis independentes

Renda: renda mensal individual (recodificada como variável ordinal de 7 categorias nas pesquisas do NUPPS; variável contínua no ESEB)

Educação: variável ordinal (8 categorias nas pesquisas do NUPPS; 20 categorias no ESEB)

Sexo: variável binária (1= feminino; 0 = masculino)

Idade: número de anos completos à data da pesquisa

emprego: 1= está empregado atualmente 0 = não está empregado atualmente

público: 1= trabalha como funcionário público atualmente 0= não é funcionário público

logpop: log natural do tamanho populacional da cidade onde foi feita a entrevista. Fontes: estimativa do IBGE de 2007 para a pesquisa de 2006; Censo de 2010 para a pesquisa de 2014.

região: Região Metropolitana de São Paulo, capitais = 1; outros municípios=0

interesse: Grau de interesse por política, em ordem crescente, com 4 categorias (pesquisas do NUPPS) e 3 categorias (ESEB)

Conflegis: grau de confiança no Congresso Nacional, em ordem crescente, com 4 categorias

Avalpublico: nível de satisfação com o serviço público (ordinal com 11 categorias)

Conf_pessoal: Nível de confiança na maioria das pessoas (variável ordinal com 4 categorias, em ordem crescente)

Associacao: binária (1= participa de alguma associação; 0= não participa de nenhuma)

Democracia: 5 categorias (2006), 3 categorias (2014), variável binária (ESEB)

Para a pesquisa de 2006, utilizamos a seguinte pergunta: “*Me diga se concorda ou discorda: a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo.*” 1= discorda muito; 5= concorda muito

Para a pesquisa de 2014, utilizamos a questão: “*Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais?*”: 1= *Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático*; 2= *Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura*; 3= *A democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo.*

Ideologia: Nos dados do NUPPS, elaboramos um índice baseado no posicionamento do indivíduo em temas ligados à *igualdade*, de acordo com o posicionamento da pessoa sobre as seguintes questões:

Pesquisa de 2006:

-*O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual*

-*Nós teríamos menos problemas no Brasil, se as pessoas fossem tratadas com mais igualdade*

-*Em um país como o Brasil, é obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres*

-*Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais.*”

Pesquisa de 2014:

-*Se o país for rico, não importa que haja muitas desigualdades econômicas e sociais.*”

-*Quando alguns acumulam riqueza, isto ocorre à custa de outros;*

-*Em qualquer situação as pessoas mais pobres devem ter mais oportunidades do que as ricas.*”

ESEB : Classificação do entrevistado entre direita e esquerda (0 = totalmente direita, 10 = totalmente esquerda).

Eficácia: opinião sobre a influência das eleições na vida das pessoas

3 CATEGORIAS NO ESEB, 2 categorias na pesquisa do NUPPS

(193) Opinião sobre as eleições presidenciais: 1 Não ajudam a melhorar a vida da população; 2 Ajudam um pouco a melhorar a vida da população; 3 Ajudam muito a melhorar a vida da população

“Algumas pessoas dizem que a maneira como as pessoas votam pode fazer com que as coisas sejam diferentes no futuro. Outras dizem que independentemente de como votam, isso não fará com que as coisas sejam diferentes no futuro. Qual frase está mais próxima de sua maneira de pensar?”